

MIRADAS CRUZADAS: OS CAMPOS CIENTÍFICO E JORNALÍSTICO NA COBERTURA DE DESASTRES CLIMÁTICOS

*CROSSED VIEWS : THE SCIENTIFIC AND JOURNALISTIC FIELDS IN THE
COVERAGE OF WEATHER DISASTERS*

*MIRADAS CRUZADAS: CAMPOS PERIODÍSTICO Y CIENTÍFICO EN LA
COBERTURA DE LOS DESASTRES CLIMÁTICOS*

Ananda da Silva Delevati
Doutoranda, Universidade Federal de Santa Maria
anandadelevati@hotmail.com

Márcia Franz Amaral
Doutora, Universidade Federal de Santa Maria
marciafranz.amaral@gmail.com

Resumo

O artigo relata investigação sobre as relações entre jornalistas e fontes especializadas na cobertura de desastres que envolvem o clima. A partir da análise de seis meses de edições do jornal Zero Hora (RS), mapeamos e entrevistamos jornalistas e fontes especializadas utilizadas pelo jornal para sistematizar compatibilidades e antagonismos na relação entre os campos jornalístico e científico. Tensionamos aspectos da rotina da atividade jornalística na cobertura das catástrofes que evidenciam tanto aspectos de sua lógica heterônoma, quanto de sua lógica autônoma. Concluímos que cabe às instituições jornalísticas ter uma atuação específica nos casos de crise e apostar na construção de um protocolo de ações integradas na perspectiva do que se convencionou chamar de Comunicação de Risco.

Palavras- Chave: Comunicação de Risco. Cobertura de desastres. Campos sociais.

Abstract

The paper reports a survey on the relationship between journalists and expert sources on covering disasters involving climate. From the analysis of six months of editions of the newspaper Zero Hora (RS), journalists and expert sources used by the newspaper to systematize compatibilities and antagonisms in the relationship between the journalistic and scientific fields were mapped and interviewed. We intend the routine aspects of journalism in the coverage of disasters that highlight both aspects of its heteronomous logic, as its autonomous logic. It is concluded that it is up to journalistic institutions having a specific role in cases of crisis and investing in building a protocol if integrated actions from the perspective of what is called Risk Communication.

Keywords: Coverage of disasters. Journalism and climate. Journalism and journalistic sources.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons

ANIMUS

Revista Interamericana de Comunicação Midiática
E-ISSN 2175-4977 | v.12 n.23 | 2013 | www.ufsm.br/animus



Resumen

En el artículo se informa de la investigación sobre las relaciones entre periodistas y fuentes de expertos en cubrir desastres relacionados con el clima. A partir del análisis de los seis meses de las ediciones del periódico Zero Hora (RS), mapeamos y se entrevistamos periodistas y fuentes de expertos utilizados por el diario para sistematizar compatibilidades y antagonismo en la relación entre los ámbitos periodísticos y científicos. Pretendemos aspectos rutinarios del periodismo en la cobertura de desastres que muestran ambos los aspectos de su lógica heterónoma y autónoma. Llegamos a la conclusión de que las instituciones periodísticas tienen un papel específico en casos de crisis e deben invertir en la creación de un protocolo de acciones integradas desde la perspectiva de lo que se llama Comunicación de Riesgos.

Palabras clave: Cobertura de desastres, periodismo y clima, periodismo y fuentes periodísticas

1 INTRODUÇÃO

Para analisarmos a cobertura jornalística das catástrofes, é necessário refletir sobre como elas têm sido compreendidas em nosso tempo. Nossa reflexão se dá no bojo de discussões bastante complexas sobre a relação do homem com o ambiente, as características da modernidade e os riscos e incertezas que rondam nossos tempos. Beck (2010, p.23) explica que, na modernidade tardia, “a produção social de riqueza é acompanhada sistematicamente pela produção social de riscos” e nisso se evidenciam o “potencial político das catástrofes”. Sua prevenção e seu manejo podem acabar envolvendo uma reorganização do poder e da responsabilidade.

Bauman (2008, p.108) lembra que, atualmente, há o encontro entre o desastre natural e o desastre social. Também há a junção de dois tipos de catástrofes que tinham sido mantidos à parte na história da modernidade. O autor recorre à Susan Neiman, que estuda a sucessão de interpretações sobre o mal na história moderna para lembrar que, talvez, a separação entre os conceitos de desastre natural e social, “antes indissolivelmente misturados na ideia da vontade de Deus – separação que teve lugar no curso dos acesos debates desencadeados pelo terremoto e incêndio de Lisboa em 1755, assinale o verdadeiro início do ‘moderno’” (2008, p.108). Acreditou-se que a natureza seria absorvida ao domínio da cultura humana e, por isso, submetida a um controle de tipo gerencial ou administrativo, o que não ocorreu. E, assim, surgiu a expressão “catástrofe natural”, elevando o que a catástrofe tem de radical e escondendo o que ela carrega consigo de responsabilidade humana.

Nosso trabalho analisa a cobertura de catástrofes que envolvem o clima. Como resgata Hug, o tempo se transformou em clima.

[...] o tempo era simplesmente tempo. Cheirava a feno seco e botas de borracha molhadas. [...] Mas, agora, o tempo chegou ao fim e transformou-se em clima, uma entidade física, anônima e amedrontadora que, a qualquer momento, é capaz de deflagrar uma catástrofe.[...]. As mudanças climáticas fizeram do tempo intempérie. O clima é o tempo sem poesia e estética (HUG, 2009, p.1).

Para Hug, o tempo, antes patrimônio de todos, agora é domínio de engenheiros, cientistas e políticos. O processo de construção social da representação coletiva das catástrofes, especialmente as climáticas, mostra também as relações do jornalismo com a ciência.

As tragédias são referenciáveis, predicáveis e tensionam os limites da ciência. Se antes os homens estavam à mercê das catástrofes, hoje tentam obcecadamente submeter as catástrofes aos seus desígnios. Lozano Ascêncio (2004, p.86) afirma que a sociedade não é capaz de fazer uma representação em que não seja afetada diretamente. A natureza só existe na medida em que a sociedade é capaz de dominá-la. As catástrofes de hoje são antropocêntricas. Até as catástrofes autógenas, ocasionadas apenas pela natureza, têm uma interpretação antropológica.

Assim, as tragédias que envolvem o clima são riscos potencialmente vividos diariamente por nossas sociedades. Para Smith (1992), há dois paradigmas para interpretar o risco: o comportamental e o estrutural. O **comportamental** refere-se a um ponto de vista ecológico. Visão dominante, enfatiza a explicação científica, a previsão e a necessidade de conter a natureza. Por isso, dedica-se aos planos de risco. É a visão dominante. Para o autor (1992, p.42), “has also been criticized because it over-exaggerates the rol of the individual in hazards, either as a decision-maker or as victim.” O paradigma que interpreta o risco de modo **estrutural** enfatiza o papel das forças institucionais. Muito usado por cientistas sociais, faz uma ligação do risco e do desastre com o subdesenvolvimento, inclui a necessidade de distribuição de riquezas. Cada risco não tem como única causa a natureza. Relaciona os riscos com a pobreza da população.

Embora reconheçamos a importância do paradigma estrutural como chave explicativa para as tragédias que envolvem o clima, tratamos neste trabalho da necessidade de uma Comunicação de Risco, postura ligada primordialmente ao primeiro paradigma, que aponta um horizonte de atuação para o campo jornalístico. A Comunicação de Risco serve como um horizonte de discussão sobre o papel da cobertura jornalística das catástrofes, especialmente no que tange ao jornalismo como serviço público.

A necessidade de o jornalismo repensar sua cobertura no caso de catástrofes é reiterada pelos dados. Dos 5,5 mil municípios brasileiros, mais de 3,3 mil viveram situações de catástrofes de 2005 a 2010 (Steimberger-Elias, 2010) e boa parte delas envolve o clima. Conforme a Andi (2011), a América Latina e o Caribe estão entre as principais regiões com elevada vulnerabilidade aos efeitos das alterações do clima, o que torna a implementação de medidas efetivas urgente.

O ano de 2011 foi emblemático no Brasil, com 860 mortos, mais de 200 desaparecidos e milhares de desabrigados e desalojados nos deslizamentos ocorridos principalmente nas cidades de Teresópolis e Nova Friburgo, no Rio de Janeiro (considerado o maior desastre natural do país). Em agosto de 2012, a presidenta Dilma Rousseff lançou o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Desastres Naturais que destina 18 bilhões de reais para obras de infraestrutura contra inundações e deslizamentos, drenagem e contenção de encostas, compra de equipamentos e monitoramento de situações de risco até 2014. Ações governamentais estão as 821 cidades que mais sofreram com desastres nos últimos tempos.

Uma cobertura de qualidade em caso de prevenção ou relato de tragédias exige que o jornalismo compartilhe com demais setores sociais a construção pública dos acontecimentos. O campo jornalístico depende de uma rede de colaboradores em que as fontes especializadas são fundamentais (meteorologistas, geólogos; urbanistas; representantes do Poder Público, dos Bombeiros, Defesa Civil). Essas fontes são, muitas vezes, os definidores primários das matérias jornalísticas sobre catástrofes. No momento em que a desordem se instala, os especialistas são as âncoras que auxiliam o campo jornalístico a dar sentido ao que ocorreu.

Assim, trazemos o conceito de Comunicação de Risco como base para uma cobertura de qualidade para mostrar a necessidade de o jornalismo repensar sua convivência com fontes especializadas e, sobretudo, de criar um protocolo específico de cobertura de catástrofes. A partir do conceito de campos sociais, buscamos entender as dificuldades de relação entre os campos científicos e jornalísticos, percebidos na relação entre o jornalismo e suas fontes especializadas. Nesse sentido, entrevistamos especialistas consultados pelo jornal Zero Hora em sua cobertura para que avaliassem a cobertura realizada¹.

A partir da análise de seis meses de edições Zero Hora, mapeamos e entrevistamos cinco fontes especializadas utilizadas pelo jornal nas matérias relativas a desastres que envolvem o clima. Também entrevistamos três jornalistas autores de matérias sobre desastres, para

¹O artigo amadurece reflexões sobre as entrevistas realizadas para a dissertação de mestrado “Comunicação de Risco e Cobertura de desastres: o campo jornalístico e as fontes especializadas” (Programa de Pós-Graduação em Comunicação – UFSM).

compreender como eles lidam com o desafio de cobrir o tema e como se relacionam com os especialistas. Apresentamos as compatibilidades e os antagonismos presentes na relação entre o campo jornalístico e os campos das fontes especializadas por meio de três eixos que dizem respeito aos valores-notícias, à apuração e à relação entre fontes e experts.

2 COMUNICAÇÃO DE RISCO

Refletimos sobre a postura da cobertura jornalística a partir da noção de Comunicação de risco. A Comunicação de risco é um conceito pouco conhecido no Brasil e diz respeito aos protocolos de atuação dos agentes sociais antes e durante uma tragédia, um processo interativo de intercâmbio de informação e de opiniões entre indivíduos, grupos e instituições, que implica mensagens múltiplas sobre a natureza do risco. O conceito teve destaque a partir do acidente na usina nuclear de Chernobyl, em 1986, devido à dificuldade dos cientistas em transmitir ao público leigo informações técnicas a respeito dos riscos.

Para Serra (2006), a Comunicação de risco pode ser temática, quando a situação é de normalidade e abordamos um risco que pode acontecer em breve ou em longo prazo ou implícita, em que o risco é tratado de forma não intencional. Pode ser dividida em normal ou de crise. A normal é aquela que intercede em situações de risco e a de crise é aquela que acontece imediatamente no momento da crise.

De acordo com Serra (2006), a mídia é essencial para a Comunicação de risco principalmente em casos de crise. É ela que pode veicular informações como alertas, recomendações e relatórios, tanto das entidades que são responsáveis pela segurança pública, quanto das suas próprias informações. Mídia e entidades responsáveis pela segurança pública devem trabalhar unidas para evitar o máximo de danos. Porém, é importante lembrar que a presença da mídia não deve acontecer só em situações de crise. É tornando os riscos visíveis na agenda da mídia que é possível reduzi-los. Para isso, é essencial que as comunidades científica e jornalística, muitas vezes, trabalhem conjuntamente.

Embora a Comunicação de risco nos inspire a pensar o papel do jornalismo, é preciso dizer que Comunicação de risco e a comunicação jornalística são de ordens e de campos diferentes. É difícil conciliar a lógica da primeira, de educação e prevenção, com a lógica dos meios jornalísticos (Serra, 2006), preocupados em noticiar acontecimentos singulares e eventos descontínuos de forma a ter alto impacto entre seu público. A partir de nossas reflexões neste trabalho, apontamos como desafio do campo jornalístico abdicar de suas lógicas próprias para se submeter também as lógicas de outros campos no caso de situações limite.

Para Coma (2005), a Comunicação de risco inclui quatro perspectivas: análise dos efeitos, análise dos conteúdos, análise da persuasão e análise dos atores. Nesta última perspectiva, localizamos nossa pesquisa. Embora a Comunicação de risco tenha inúmeros atores e conte bastante com as mídias móveis, Murdocket al. (2001, p. 94) afirmam que a opinião pública continua ascendendo majoritariamente ao espaço público por intermédio da imprensa, do rádio e da televisão. Para eles, os meios não são transmissores oficiais da informação em caso de risco, mas intermediários dos agentes em jogo e agentes ativos do significado.

A Comunicação de risco pode agir de duas maneiras: informar sobre desastres de forma preventiva ou prestar informações em momentos de crise. Ela envolve o público em geral, as comunidades afetadas, as autoridades públicas, os profissionais da comunicação, os especialistas, as organizações civis e ambientais e os meios de comunicação. No primeiro caso, quando a Comunicação de risco é exercida em veículos midiáticos e a cobertura é preventiva, as matérias podem ser contextuais e planejadas com antecedência. Mas a comunicação em casos de crises interfere nas rotinas produtivas jornalísticas e exige rapidez e agilidade do jornalista para tratar as informações. Assim, a questão que nos move é compreender as preocupações dos agentes sociais envolvidos na prevenção e no gerenciamento de crises para verificar o papel do jornalismo nesse processo.

Partimos do pressuposto que cabe ao jornalismo, em situação de prevenção e cobertura de desastres, aperfeiçoarem suas relações com os especialistas na área, especialmente os integrantes do campo científico. O campo jornalístico, por vezes, tem uma relação oportunista com as fontes especializadas. Na hora da exposição, quando procura credibilidade, busca o apoio da manifestação dos especialistas, mas quando põe em ação seu dispositivo de espetáculo, elimina alguns sentidos caros ao campo especializado como a precisão dos dados e dos conceitos e, sobretudo, a necessidade de orientar a sociedade para a prevenção das catástrofes. Acossado pela dupla lógica da mídia apontada por Charaudeau (2008, p.66) composta pela informação cidadã e a concorrência comercial, o jornalismo, por vezes, deslegitima a função social do especialista e dilui o conhecimento especializado numa lógica complexa que envolve tanto o despreparo, como questões pertinentes à produção da notícia ou ainda a necessidade de tornar a matéria jornalística interessante.

3 Entre diferentes agentes e campos sociais

Partimos do conceito de campos sociais (Bourdieu, 2004) para compreender como se dão as diferentes intersecções que ocorrem entre os agentes sociais em um desastre. Como desastres, referenciamos um acontecimento climático imprevisto e que afeta as pessoas de maneira negativa.

No discurso jornalístico, diferentes agentes sociais tem visibilidade e maior ou menor grau de exposição. Suas falas, editadas pela atividade jornalística, passam a integrar um esquema argumentativo próprio do jornalista ou do veículo de informação e descolam-se do campo de onde se originaram o que causa descolamento das falas iniciais de seus contextos. Entretanto, quando um cientista ou representante da Defesa Civil oferece dados ou concede entrevistas a um jornalista, não são simplesmente indivíduos que estão tendo uma interlocução, mas sim agentes sociais que ocupam determinada posição nos campos sociais. Assim, a manifestação de cada um deles carrega características do campo social a que pertencem. A disputa por capitais nos diferentes campos sociais explica parte dos constrangimentos ocorridos na relação entre os campos científico e jornalístico.

O campo jornalístico opera com uma lógica dúbia, pois ao mesmo tempo em que depende dos demais campos para existir publicamente, acaba tencionando os demais campos por intermédio da visibilidade que dá aos agentes sociais. Os capitais que estão em disputa num campo podem ser de ordem econômica, cultural, social ou simbólica.

O capital simbólico está acima de todos os demais, relaciona-se com os efeitos simbólicos dos demais capitais. É uma propriedade valorizada, é o que permite o reconhecimento. Referimo-nos aos capitais, por entendermos que eles explicam parte dos conflitos que ocorrem entre os campos jornalísticos mesmo que os retire do contexto em que sua fala foi produzida.

As notícias dependem de um processo complexo, como a escolha das fontes de informação. Antes de delimitar como as pessoas interpretarão os fatos, são os media que definem o que será notícia. Lage (2004) observa que é a fonte que formula a primeira representação que dará origem à notícia.

Carvalho (2011), que estudou as relações entre fontes e jornalistas no contexto da cobertura das mudanças climáticas, considera que as interações entre as duas áreas são marcadas pela diversidade de interesses, objetivos e lógicas, assim como o cenário de disputa de campos que já citamos aqui. Para o jornalista, são essenciais as informações relevantes passadas pelos atores sociais sobre determinado assunto. Já pelo lado dos atores sociais, eles também buscam a visibilidade midiática para si ou para as duas ideias sobre um fato, o que pode aumentar a sua credibilidade e notoriedade. Embora, às vezes, aconteçam conflitos, para

a autora as relações são marcadas normalmente por colaborações. (CARVALHO, 2011). Por vezes, o conflito ocorre justamente porque jornalistas e especialistas estão em campos diferentes. Para Santos, as derrotas e vitórias estão presentes dos dois lados, em uma eterna disputa:

[...]fontes e jornalistas mantêm estruturas homólogas, fábricas de criar e interpretar acontecimentos, com iniciativas próprias (relações públicas de um lado, construção social da realidade, de outro lado) e constrangimentos organizativos (tempo e espaço, seleção de eventos e classificação de aspectos, peso das fontes oficiais e hierarquia dos jornalistas e organizações noticiosas), o que implica certa previsibilidade de atuação (SANTOS, 1997, p. 172).

Diz Beck (2010, p.89) que “a consciência do risco não é nem tradicional e nem laica, e sim uma consciência no fundo determinada e orientada cientificamente.” Mas o campo científico, por sua vez, precisa do midiático para popularizar seu conhecimento, pois os problemas sociais são mais reconhecidos quando legitimados pela mídia. À mídia caberia o papel de simplificar a linguagem científica e aproximá-la do dia-a-dia da população.

Para Garcia e Barichello (2003), não há esforço tanto de jornalistas quanto de cientistas que promova uma aproximação. São poucos cientistas que estão dispostos a cooperar com jornalistas e que compreendem a importância da divulgação científica, assim como poucos jornalistas estão preparados para lidar com o tema. Carvalho (2011) afirma que as dificuldades na relação entre cientistas e jornalistas acontecem de distintas formas, pela dificuldade de acesso a investigações, incompreensão sobre determinadas áreas e uma tensão entre imperativos comerciais, rigor e interesse público.

4 A visão de especialistas sobre a cobertura jornalística de desastres

Selecionamos as fontes utilizadas nas matérias sobre desastres durante seis meses no jornal Zero Hora², de janeiro a julho de 2011. A partir desse corpus, mapeamos as fontes utilizadas pelo jornal e entrevistamos cinco especialistas de diferentes organizações: Central de Meteorologia do Grupo RBS, Cruz Vermelha, Defesa Civil, Bombeiros e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Também entrevistamos os jornalistas Humberto Trezzi e Carlos Etchichury, do jornal Zero Hora, e o jornalista e ex-editor da Editoria de Geral da Zero Hora, Diego Araújo, todos experientes na cobertura de tragédias.

²Justificamos a escolha das fontes utilizadas por Zero Hora pelo fato de a publicação ter forte relevância na região Sul e ser o jornal mais lido do Estado do Rio Grande do Sul.

Foram entrevistados os especialistas Tânia Sausen (INPE), Tenente Coronel Adilomar Jacson Silva (Defesa Civil), Major Romeu Cruz Neto (Corpo de Bombeiros do RS), Cléo Kuhn (Central de Meteorologia do Grupo RBS) e Débora Andressa da Silva (Cruz Vermelha) e os jornalistas: Humberto Trezzi, Carlos Etchichury e Diego Araújo.

A análise das entrevistas está dividida em três eixos: Valores-notícias, Apuração e Relação entre fontes e especialistas.

4.1 Valores Notícia

Os especialistas entrevistados têm diferentes opiniões para avaliar o conteúdo que é produzido pela mídia, tanto na escolha do que é matéria, como no foco que é dado para essas matérias, mas percebem os valores-notícia que justificam a publicação de uma matéria por parte da imprensa. Na busca de tentar entender como é definida a notícia, autores como Wolf (2003) defendem que o aparato informativo utiliza a noticiabilidade como um conjunto de elementos para administrar a quantidade, a qualidade e o tipo de acontecimento que será a base das notícias. Um dos componentes dessa noticiabilidade são os valores-notícias. Os especialistas identificam os valores-notícia usados pelo campo jornalístico de maneira crítica.

Para o Tenente Coronel Adilomar Silva, da Defesa Civil, a mídia atende ao apelo da sociedade. Além disso, preocupa-se em produzir um conteúdo que venda. As imagens de uma enchente, por exemplo, são vistas por ele como esse tipo de conteúdo.

Se nós formos comparar, as imagens da enchente vendem mais do que as imagens da estiagem, porque elas são mais chocantes. As pessoas estão nos telhados das casas ou a correnteza está arrancando as casas. Em uma estiagem, que dura seis meses, em que o milho seca aos poucos, a plantação se destrói aos poucos, os poços secam aos poucos, não há uma imagem tão agressiva. (SILVA, 2012).

A representante do INPE, Tânia Sausen, faz a mesma crítica; para ela o jornalismo dá ênfase a determinados assuntos em detrimento de outros. Como exemplo, cita o destaque à seca na Bahia. Economicamente, a estiagem no Rio Grande do Sul afeta muito mais o país que a seca na Bahia, porém, parece ser mais interessante mostrar as histórias trágicas do nordeste do que do sul do país. Ela também considera que a mídia dá mais ênfase às mortes e desgraças, do que às informações mais contextualizadas. Entretanto, ao mesmo tempo em que critica a programação da mídia, a pesquisadora reconhece o poder da mesma e que ela pode mostrar atitudes educativas.

A representante da Cruz Vermelha, Debóra da Silva, endossa essa ideia quando diz que a mídia de alguma forma “tem que vender” e “mostrar o que dá mais Ibope”. Porém, considera que mais importante do que retratar isso, seria divulgar o trabalho das instituições envolvidas nos desastres, que esclarecessem a população sobre como agir.

O Tenente Coronel dos Bombeiros, Adilomar Silva, tem o hábito de colecionar as matérias em que a Defesa Civil aparece de alguma maneira. Ele concluiu que elas mais relatam o que aconteceu do que buscam especialistas, mesmo após o desastre. Fazendo uma estimativa, ele constata que apenas cerca de 2% das matérias contam a opinião de um técnico ou especialista que explicaria porque determinado desastre ocorreu. O representante da Defesa Civil levanta também outra questão: o pouco tempo ou espaço dedicado ao assunto na mídia.

Para Tânia Sausen, 2012, não é culpa da mídia, mas isso é o que vende mais e se configura como um mercado que está acima dos próprios jornalistas. Débora da Silva confirma a opinião e acrescenta que esse aspecto não diz respeito somente ao tema dos desastres, mas faz parte da lógica de funcionamento do campo jornalístico.

Mas que informações relatar? O que abordar? Como não ser sensacionalista na hora de escolher a matéria, o viés, o título ou as fotos? O repórter da Zero Hora Carlos Etchichury lembra que não existe um manual de ética na redação sobre como agir em desastres, por isso depende sempre do bom senso do repórter na edição, que não deve expor demais as vítimas. Os jornalistas concordam que o sensacionalismo é um assunto complicado de lidar, um limite tênue na matéria, já que não existe uma regra geral, nem do jornal. Contar a vida das pessoas, na visão de Etchichury, serve desde que aquela história tenha importância para o evento como um todo.

O jornalista da Zero Hora, Humberto Trezzi, concorda com o colega. Ele argumenta que busca não adjetivar seus textos e dá um exemplo de como construir uma matéria que cause emoção pela realidade de que trata:

só se via a mão, uma mão pequena, com unhas ainda mal feitas, só via o bebê, brotando de dentro da terra, uma última tentativa de salvamento. É uma criança morta, mas não é sensacionalismo. Tu não precisa usar adjetivo. Eu usei algum adjetivo aí? Mão agarrada em uma boneca. Não precisa usar adjetivo. Tu poderia dizer que ela não tinha um metro, que os pais choravam e se escabelavam. Tem adjetivo aí? Não. (TREZZI, 2012).

Para o editor Diego Araújo, quem é sensacionalista nesse tipo de matéria será em todas as outras que escrever. Por isso, o jornalista deve só relatar o que aconteceu, atitude necessária até mesmo para proteger o repórter. Como podemos notar, os especialistas

consideram que muitas vezes os jornalistas não abordam os desastres de uma maneira satisfatória e focam excessivamente nas mortes, por exemplo, assunto que chama a atenção.

Sorribes e Rovira (2007), na busca de estabelecer propostas para um bom jornalismo no caso de situações de risco, lembram que a linguagem ou as informações dramáticas e as fotos de pessoas machucadas e em sofrimento devem ser evitadas. De acordo com Bourdieu (2003), os especialistas têm o papel privilegiado na sociedade de falarem aos jornalistas. Porém, a palavra final do que será notícia ainda é dos jornalistas e editores. Embora o jornalista não construa a notícia sozinho, como nos lembra Tuchman (1999), a matéria é, por fim, a interpretação do repórter sobre os fatos.

4.2 Apuração: erros e equívocos

A falta de rigor dos jornalistas na difusão de informações é identificada por Sorribes e Rovira (2007) como um dos principais problemas dentro da negociação de informação durante um desastre. Para os autores, os jornalistas precisam dar voz para os especialistas e disseminar conhecimento por meio de autoridades públicas e porta-vozes. Além disso, precisam garantir a precisão lexical.

Com exceção do representante da central de meteorologia do grupo RBS, Cléo Kuhn, todas as fontes especializadas citam em suas falas erros dos jornalistas em nomenclaturas ou divulgação de informações equivocadas dentro da cobertura de desastres.

Os especialistas acreditam que os erros poderiam ser evitados de diferentes formas. Para Tania Sausen, do INPE, como os jornalistas trabalham com as palavras, deveriam utilizar, por exemplo, a definição correta de cada tipo de desastre. Mas, ao mesmo tempo, defende que os especialistas ao invés de ficarem “irritados” com os jornalistas, poderiam convidá-los com mais frequência para ir até as instituições para receber explicações. Outro problema que ela aponta, dentro dessa situação, é a falta de abertura dos jornalistas para receber as explicações.

O representante da Defesa Civil, Tenente Coronel Adilomar Silva, afirma que diversas vezes organizou cursos a distância para profissionais dos meios de comunicação, para evitar equívocos nas coberturas. A Defesa Civil também costuma aceitar convites para palestras no meio acadêmico, como forma de divulgação do trabalho. Para a instituição, a importância de estar dentro da academia é preparar as futuras gerações para o papel que irão exercer no futuro como jornalistas, o que poderia tornar a sociedade, como um todo, mais preparada e resistente aos desastres.

A questão da formação também é lembrada por outros profissionais. Para o meteorologista Cléo Kuhn, por exemplo, o ideal seria que as faculdades de jornalismo ou meio de comunicação preparassem os alunos com conteúdos básicos sobre cobertura do clima.

Para o representante do Corpo de Bombeiros, se os jornalistas fizessem os cursos oferecidos por eles, isso ajudaria não só na compreensão dos termos técnicos, mas também na criação de um vínculo com a instituição. A mídia deveria ter um conhecimento sobre a rede dos desastres, afirma a representante da Cruz Vermelha. Como esse conhecimento não existe, há muitas informações equivocadas passadas pelos jornalistas, o que têm nutrido outras informações equivocadas replicadas pela população.

Tânia Sausen, do INPE, considera a rotina jornalística e a necessidade de os jornalistas cobrirem diversas áreas como obstáculos à boa cobertura. Para ela, deveria ter uma pressão do próprio mercado para existir a especialização.

Já o repórter Carlos Etchichury pensa o contrário. Para ele, não há muitas dificuldades e erros nessas coberturas. As dificuldades devem ser resolvidas no momento da entrevista. Ele conta que costuma ligar e reler os textos para os especialistas para ter certeza se não escreveu algo inadequado.

O jornalista e ex-editor de geral, Diego Araújo, não tem a mesma opinião do colega jornalista. Para ele, os erros acontecem e os próprios especialistas costumam avisar ao jornal quando alguma informação que não está correta é publicada. Uma das causas apontadas por Araújo para os erros é a vergonha dos próprios jornalistas de perguntar e a dificuldade de cobrir temas muito diferentes a cada dia. O jornal costuma corrigir aos erros, ao contrário do que afirma o Major dos Bombeiros, que argumentou que os jornalistas em geral não têm essa preocupação. O jornalista Diego Araújo entende ainda que os erros refletem a necessidade de se ter jornalistas que saibam perguntar e tirar todas as dúvidas.

Para o jornalista Etchichury, é difícil muitas vezes lidar com assuntos tão diferentes na Editoria de geral. Porém, os jornalistas que trabalham na editoria se acostumam com essa rotina. Pela fala do repórter podemos perceber o quanto as fontes são imprescindíveis no contexto e no processo de produção jornalística:

o repórter não precisa saber tudo, mas ele tem que saber quem sabe. Acho que isso é um guia para os repórteres, tenho que saber quem é o cara que sabe tudo sobre determinada coisa. (ETCHICHURY, 2012)

Como podemos perceber pelos relatos dos especialistas, os equívocos são causados por diferentes fatores. Por um lado, as rotinas de produção obrigam os jornalistas a lidarem

com assuntos diferentes, como argumentam tanto jornalistas quanto especialistas. Para os jornalistas, isso faz parte do trabalho, já para os especialistas, uma formação mais específica em determinados assuntos é visto de uma maneira benéfica.

Essa ideia vai ao encontro ao que alguns autores como Elías (2008) pontuam. Para ele, ou os jornalistas se especializam ou os especialistas devem conhecer melhor o campo da comunicação. O autor ainda vê o trabalho do jornalista especializado como o trabalho de um tradutor que entende os termos e esclarece as dúvidas com os especialistas para informar melhor a população. Ideia partilhada por Sorribes e Rovira (2007), que também consideram que uma boa maneira de melhorar a relação entre jornalistas e cientistas seria por meio de um intérprete ou alguém que seja treinado para passar as informações. Desse modo, tanto o jornalista Etchichury, quanto o ex-editor, Diego Araújo, concordam que a relação com as fontes costuma ser boa, porém alguns especialistas possuem uma opinião diferente.

Para o meteorologista do grupo RBS, Cléo Kuhn, os jornalistas ainda irão se aprofundar mais na questão climática. Não só na parte técnica do tempo, mas principalmente em como passar a informação para o público de uma forma que ele entenda e para que a informação não cause pânico na população. Segundo ele, às vezes as notícias são dadas mais para assustar do que para informar as pessoas.

O meteorologista argumenta, ainda, que o ideal seria que os jornalistas trabalhassem junto aos meteorologistas. Porém, isso atualmente não acontece em muitos locais. Ele analisa que seria preciso ter jornalistas para fazer a divulgação ou ter um centro de divulgação nos institutos governamentais de meteorologia. O papel dos jornalistas seria tornar as informações mais acessíveis para a população. Para ele, falta alguém no país que faça o “meio campo” e por isso a meteorologia não está acessível para a população em geral.

4.3 Relação entre jornalistas e especialistas: a necessidade de um trabalho conjunto

Quanto à relação entre jornalistas e especialistas, Kuhn considera boa a sua relação com os jornalistas dentro do grupo RBS, porém observa que não sabe como ela acontece em outros locais, mas acredita que seja de atrito. Atrito, pois as pessoas não são acostumadas a trabalhar em equipe. Situação que, para ele, só vai se resolver com o tempo. Quanto mais tiver um intercâmbio entre os campos, melhor a situação ficará. Os jornalistas teriam assim o papel de entender as necessidades de informação da população relativas ao clima, pois os meteorologistas não pensam nisso no seu trabalho.

Para Kuhn, talvez a divulgação seja mais importante que a previsão em si. Uma informação equivocada ou pouco clara, por exemplo, pode causar mais pânico do que a situação real. Para a Defesa Civil, o trabalho conjunto com as instituições colaboradoras, como os institutos de previsão e meteorologia, tem sido cada vez melhor.

E o principal de tudo é que ao longo de alguns anos, hoje todos os integrantes da Defesa Civil conseguem ter noção da sua importância e reconhecer a importância dos demais. Hoje, se tem a compreensão de que todos são importantes neste processo, desde aquele que faz a prevenção, aquele que faz a parte da resposta, do socorro e aquele que faz a parte da reconstrução. (SILVA, 2012)

A Cruz Vermelha reforça essa opinião e coloca que a mídia também está dentro da rede de atenção aos desastres. Para o representante dos Bombeiros, Major Romeu, ainda há uma dicotomia entre a imprensa e os demais grupos que trabalham com desastres, o que indica que não há trabalho em conjunto.

Tânia Sausen acredita que ainda há falta de diálogo entre todos os campos e critica a distância da mídia da academia. Para ela, a Defesa Civil deveria se relacionar melhor com o INPE e com a própria imprensa e assim por diante. O INPE, por sua vez, deveria ser mais lembrado pela imprensa. E os cientistas também deveriam se preocupar em popularizar seus conhecimentos.

A imprensa também não entra aqui [no INPE] há um ano e meio, a última vez que apareceram aqui foi na inundação no Jacuí. A academia não fala com a imprensa, pois está muito ocupada e não tem tempo. Acha que basta publicar em periódicos científicos que todo mundo vai ler. Não, quem vai ler são outros cientistas, jornalista não vai ler. A maioria dos pesquisadores da academia se recusa a fazer textos com linguagem mais coloquiais, que seriam entendíveis por qualquer pessoa. Segundo: muitos se irritam quando os jornalistas não sabem os termos corretos. Aí eu acho que ao invés de ficar irritado com o jornalista deveria chamar o jornalista para vir aqui com mais frequência e explicar, aí está o problema, o jornalista também não é muito aberto para isso. (SAUSEN, 2012).

Sausen acredita que precisamos vencer a inércia. Não existe uma “fórmula mágica” para que haja um diálogo entre os campos e sim uma vontade de que esse diálogo aconteça. Ela acha que deveria haver um esforço conjunto entre todos os envolvidos.

Em relação às campanhas feitas pela Defesa Civil, o Tenente Coronel Adilomar Silva considera que são bem recebidas pela mídia, pois ajudam na divulgação de medidas preventivas, opinião compartilhada pela Cruz Vermelha. A Cruz Vermelha coloca ainda que há um reconhecimento do seu trabalho por parte da imprensa. Sobre as fontes utilizadas, a maioria das instituições afirma que as fontes utilizadas pela mídia são adequadas.

Etchichury conta que Zero Hora também busca, além das fontes convencionais, trazer exemplos e situações diferentes. Na questão da seca, trouxe exemplos de Israel, dos Estados Unidos e da Europa e mostrou como esses outros países e territórios trabalham com a prevenção.

Para o jornalista Etchichury, é normal que existam conflitos, mas que às vezes as organizações dificultam o acesso dos jornalistas à informação:

Eu precisava fazer uma matéria de um desabamento, por exemplo. E tem informações que são simples e que podem ser prestadas: que horas foi o desabamento, como foi, quantas pessoas possivelmente estejam lá. Tu pega uns caras que são despreparados e acham que tu estas ali para complicar a situação, quando tu estas querendo saber informações básicas. (ETCHICHURY, 2012).

Para o jornalista, há muitos profissionais que não entendem que o jornalista quer contribuir e não prejudicar o trabalho deles. A opinião do jornalista está de acordo com a opinião de Pont e Rovira (2007), que indica que as autoridades devem tratar os jornalistas de maneira igual e devem perceber a importância da comunicação e do trabalho dos jornalistas.

Santos (2007) reforça esse conceito e explica que as lutas entre fontes e jornalistas são motivadas pela irracionalidade e incerteza e desconhecimentos mútuos. Assim, quando um jornalista entra em conflito com o especialista, na verdade são dois campos com lógicas diferentes que entram em disputa.

Ao contrário do que colocam as fontes especializadas, o jornalista acredita que um assessor para realizar o trabalho de comunicação com a imprensa não seria benéfico, pois eles poderiam ter a tendência de minimizar as informações e até mesmo não divulgar algumas coisas. Assim, basta que o comando se organize e escolha um representante para falar com a imprensa.

Autores como Serra (2006) argumentam que mídia e entidades responsáveis pela segurança pública devem trabalhar unidas para evitar o máximo de danos. Tanto os especialistas precisam ter calma e explicar as informações de maneira clara para os jornalistas, quanto estes precisam saber esperar a informação e confirmar dados.

Quanto ao conflito dos campos e à necessidade de trabalho conjunto, cabem algumas reflexões propostas por Bourdieu. De acordo com Pinto (2000), a reflexão de Bourdieu sobre o campo permite compreender que um campo cumpre funções sociais externas, em especial uma legitimação de ordem social. Isso ocorre justamente pelo fato de que o campo segue uma lógica própria. Porém, como vimos aqui, cada campo tem sua própria lógica e se legitima

perante a sociedade por causa dela. É essa legitimidade e autonomia que conferem ao campo sua eficácia simbólica.

Ao mesmo tempo, isso não gera, como nos recorda Pinto (2000), uma harmonia, pelo contrário, as lógicas de campos diferentes podem entrar em conflito. Entendemos que cada campo especializado buscar autonomia e buscar definir as regras do seu trabalho, ainda mais em situações delicadas, como no caso de desastres. Mas é importante que os campos interajam e, por vezes, no caso das catástrofes, deixem de lado determinadas lógicas, mesmo que elas digam respeito à autonomia e legitimidade dos campos.

Para Bourdieu (2003), o mundo social é algo construído pelos agentes de maneira individual, mas também coletiva, por meio da cooperação e do conflito. Nesses conflitos, os capitais acabam sendo armas. Podemos dizer que a arma dos especialistas nesse caso é o seu conhecimento, necessário para solucionar os problemas dentro da Comunicação de risco. Como nos lembra Bourdieu (2000), as relações de comunicação são sempre também relações de poder que dependem de poder material ou simbólico que são acumulados pelos agentes e pelas instituições. Dentro desse contexto, os especialistas produzem a luta pelo monopólio da produção ideológica legítima. (BOURDIEU, 2000). Para os jornalistas, o capital é a credibilidade, capital construído com auxílio do campo científico.

Observamos, pelo nosso referencial teórico e pelas entrevistas, que as atividades dos campos jornalístico e científico são igualmente importantes para a Comunicação de risco e é essencial que essa relação seja de cooperação e não de conflito.

5 CONSIDERAÇÕES

Em primeiro lugar, os jornalistas e especialistas entram em conflito sobre os valores-notícias. Os especialistas acreditam que os jornalistas produzem conteúdos apelativos, que vendam mais. Por exemplo, quando privilegiam a morte e as desgraças à prevenção. As matérias também utilizariam mais fontes testemunhais, em detrimento do conhecimento especializado. Os jornalistas, por sua vez, acreditam que apenas relatam a realidade. Porém, admitem que, às vezes, há um limite tênue entre o sensacionalismo e o bom senso do jornalista. Ainda, de acordo com os especialistas, o jornalismo teria o poder de potencializar os acontecimentos para o bem ou para o mal e tornar uma situação de desastre controlada ou ainda mais caótica. Notamos, pelas entrevistas, que o campo dos especialistas busca um trabalho a longo prazo, enquanto o campo jornalístico segue uma lógica imediatista.

A principal causa de desavença entre jornalistas e especialistas, na categoria apuração, são os erros e equívocos cometidos por jornalistas. Esses erros acontecem por falta de pesquisa, de checagem e de tempo. Os jornalistas, em primeiro lugar, não teriam conhecimentos suficientes sobre o campo dos desastres. Em segundo lugar, a pressa de divulgar informações rapidamente faz com que os jornalistas dêem informações sem confirmá-las.

Os especialistas acreditam que as instituições deveriam ter um assessor de imprensa para facilitar a relação entre os campos no momento de um desastre, o que os jornalistas vêm com desconfiança. Enquanto os especialistas reclamam que muitas vezes os jornalistas não sabem esperar pela informação, os jornalistas argumentam que alguns especialistas são “arrogantes”.

Por fim, notamos que ainda há muito que se avançar no diálogo entre o campo jornalístico e das fontes especializadas. Um conflito que talvez só possa ser resolvido com muito diálogo e trocas, tendo em vista que ambos são essenciais dentro do processo de uma Comunicação de risco efetiva e de qualidade. Entendemos que é somente através desse intercâmbio e diálogo que podemos trazer uma nova percepção sobre o risco para a sociedade.

O jornalismo na cobertura de catástrofes depende de fontes especializadas, mas não ainda não está devidamente assentado em sua função pública e, portanto, funciona pressionado por constrangimentos heterônomos. Por outro lado, os cientistas e suas instituições ainda têm uma relação inconstante com o campo jornalístico. Parte por incapacidade de uma cobertura que preze pela exatidão e pela prevenção e parte porque os critérios de noticiabilidade e os constrangimentos da rotina profissional não estão alinhados com a epistemologia da ciência, como lembra Carvalho (2011).

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIREITOS DA INFÂNCIA. **Abordagem integrada**. Disponível em <http://www.mudancasclimaticas.andi.org.br>. Acesso em 2 de jan. 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco**: rumo à outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

BECHMANN, Gotthard. Riesgo y sociedad post-moderna. In: LÚHAN, José Luiz; ECHEVERRÍA, Javier (eds). **Governar los riesgos** – ciência y valores em la sociedade Del riesgo. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2009.

BOURDIEU. **Os usos sociais da ciência**. Texto revistado pelo autor com a colaboração de Patrick Champagne e Etienne Landais. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

- _____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: BCD União de Editoras S.A., 2000.
- _____. **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação. 4ª ed. São Paulo: Papyrus, 2003.
- CARVALHO, Ana bela. **As alterações climáticas, os media e os cidadãos**. Coimbra: Grácio Editor, 2011.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- COMA, Jordi Farré. **Comunicación de Riesgo y Espirales del Miedo**. Universidad de Guadalajara, México. *Comunicación y Sociedad*, n.3. pp. 95-119, enero-junio 2005.
- ELÍAS, Carlos. **Fundamentos de periodismo científico y divulgación mediática**. Madrid: Alianza Editorial, 2008.
- GARCIA, Sâmia C.; BARICHELO, Eugênia M.R. Mídia impressa: a percepção de jornalistas e pesquisadores sobre a divulgação da ciência. In: SILVEIRA, Ada Cristina Machado da (org.). **Divulgação Científica e Tecnologias de Informação e Comunicação**. Santa Maria: UFSM, Facos, 2003.
- HUG, Alfons. **Intempérie**. In: Humboldt. Instituto Goethe, nov. 2009. Disponível em <http://www.goethe.de/wis/bib/prj/hmb/the/kli/pt5319816.htm>. Capturado em 15 nov. de 2011.
- LAGE, Nilson. **Relacionamento do repórter com as fontes: procedimentos e teoria**. 2004. Disponível em <http://www.crisluc.arq.br/Relacionamento%20do%20rep%F3rter%20com%20as%20fotes.pdf>.
- LOZANO ASCENCIO, Carlos Lozano. **La expresión/representación de catástrofes a través de su divulgación científica em los médios de comunicación social (1986-1991)**. Tesis doctoral, 2004. Madrid. Universidad Complutense de Madrid.
- MIRANDA, Luciano. **Pierre Bourdieu e o Campo da Comunicação. Por uma teoria da comunicação praxiológica**. Porto Alegre: Editora PUCRS, 2005.
- ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994.
- PINTO, Louis. **Pierre Bourdieu e a Teoria do Mundo Social**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- SANTOS, Rogério. **A negociação entre jornalistas e fontes**. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1997.
- SERRA, Paulo. Os riscos da comunicação na comunicação dos riscos. In: **Colóquio Sociedade, Comunicação e Risco**. Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores. Ponta da Delgada, 2 de dezembro de 2006.
- SMITH, Keith. **Environmental Hazards: Assessing Risk and Reducing Disaster**. New York: Routledge, 2009.
- TUCHMAN, Gaye. A Objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividades dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. (org). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Comunicação e Linguagens, 1999.

SORRIBES; Rovira, Sergi Cortiñas. **Proposal for good journalistic practice in risk situations: significant examples from Spain.** Universitat Pompeu Fabra. Barcelona. Catalonia. Spain, 2007.

STEIMBERGER-ELIAS, Margarethe Born. Estudo das Condições de Produção e Circulação de Relatos sobre Desastres e Catástrofes na América Latina. In: **Anais do XXXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM**, Caxias do Sul, 2010.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa.** Lisboa: Presença, 1999.

Original recebido em: 26/05/2013

Aceito para a publicação em: 20/07/2013

Ananda da Silva Delevati

Jornalista formada pelo Centro Universitário Franciscano (UNIFRA) e mestre em comunicação midiática pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Márcia Franz Amaral

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, pós-doutora pela Universitat Pompeu Fabra - Espanha, líder do Grupo de Pesquisa Estudos de Jornalismo (CNPq-UFSM).